

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK TRAINING: THE MANAGEMENT IN QUESTION

Cirlene Aparecida Hilario da Silva Oliveira¹

Suely Aparecida Alberto Melo²

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca, e tem como temática central a gestão do estágio supervisionado nos cursos de graduação em Serviço Social. O objetivo é contribuir para a compreensão da gestão como uma estratégia fundamental para a consolidação de estágios supervisionados com qualidade e compromisso ético-político. Parte-se do pressuposto de que, independentemente da estrutura curricular e dos desafios enfrentados na implementação do estágio, sua efetivação se dá por meio de um processo de gestão que possui uma intencionalidade. Tal gestão deve estar alinhada às diretrizes da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o que exige o aprofundamento teórico e prático sobre suas dimensões constitutivas. Nesse sentido, o estudo busca identificar possibilidades e estratégias que fortaleçam a gestão do estágio na perspectiva do projeto de formação profissional crítico. Reforça-se, assim, a importância de ampliar o debate em torno da gestão do estágio supervisionado, compreendendo que uma condução pautada em princípios democráticos e no projeto ético-político profissional pode qualificar o processo formativo e sua função crítica no âmbito da graduação em Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Estágio Supervisionado. Gestão.

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Campus de Teresina/PI (UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS).

² Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Pós-graduada em Programas e Projetos Sociais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) e Pós-graduada em Residência Multiprofissional em Saúde pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Contato: E-mail: su.alberto@hotmail.com

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

ABSTRACT:

This article is the result of an ongoing master's research project linked to the Graduate Program in Social Work at UNESP – Franca. Its central theme is the management of supervised internships in undergraduate Social Work programs. The objective is to contribute to the understanding of management as a key strategy for consolidating supervised internships with quality and ethical-political commitment. The study is based on the premise that, regardless of the curricular structure and challenges faced in implementing internships, they are materialized and conducted through a management process that carries intentionality. This management should be aligned with the guidelines of the National Internship Policy established by ABEPSS, which requires in-depth theoretical and practical understanding of its constitutive dimensions. Thus, the study seeks to identify possibilities and strategies that strengthen internship management from the perspective of the critical professional education project. It emphasizes the importance of broadening the debate on internship management, recognizing that a process guided by democratic principles and the ethical-political project can significantly enhance the formative and critical role of internships in Social Work education.

Keywords: Social Work. Supervised Internship. Management.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos estudos bibliográficos e documentais desenvolvidos no âmbito de uma pesquisa em andamento, vinculada à dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca. A pesquisa tem como temática central a gestão do estágio supervisionado nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social, sendo conduzida por meio de investigação documental, bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa, orientada pelo método do materialismo histórico-dialético. O objetivo geral do estudo é desvelar e analisar os desafios, estratégias e possibilidades ético-políticas da gestão do estágio supervisionado nas Universidades Públicas Federais de Minas Gerais. As análises aqui apresentadas correspondem a um recorte parcial da pesquisa, ainda em desenvolvimento, e têm como propósito contribuir para o debate acerca das perspectivas de gestão e sua interface com o estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Assim, este artigo propõe uma reflexão sobre a importância da gestão como estratégia para a consolidação do estágio supervisionado, discutindo suas perspectivas e destacando os avanços, normativas e regulamentações que marcaram o percurso histórico do estágio no curso de Serviço Social. Tais elementos servirão de base para a construção de proposições analíticas sobre os diferentes desafios que envolvem sua implementação, especialmente no que se refere à articulação com o projeto ético-político profissional e com a Política Nacional de Estágio (PNE), formulada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para isso, são abordados os fundamentos teóricos que sustentam o debate sobre o estágio supervisionado, a partir dos elementos constitutivos da formação profissional em Serviço Social, compreendidos como dimensões que se articulam de forma dialética.

A dimensão da formação profissional tem sido objeto de estudos no Serviço Social, em especial a partir de 1996, com as novas diretrizes curriculares para a formação profissional e nos instiga a refletir sobre a qualidade da formação, para que os futuros profissionais possam intervir frente as demandas, com ações propositivas e criativas, pautadas no Código de Ética da profissão, com vistas à materialização do Projeto Ético Político.

O estágio supervisionado configura-se como componente curricular obrigatório para a formação em Serviço Social. Dada suas especificidades no âmbito da profissão, historicamente, expressa desafios aos atores protagonistas (estagiários/as, supervisores/as de campo e supervisores/as acadêmicos/as), sobremaneira, aos/às profissionais que assumem sua gestão/coordenação, pois, conforme a Política Nacional de Estágio (PNE,2009):

As estratégias de operacionalização do estágio supervisionado, no processo de formação profissional do assistente social, remetem a algumas exigências pedagógicas que recaem sobre as UFAs, desdobrando-se aos sujeitos envolvidos nesse processo (aos coordenadores de cursos e de estágio, aos professores, aos estudantes e aos supervisores de campo). A materialização dessa política requer, ainda, uma aproximação com os segmentos organizados da categoria e demais setores da universidade, bem como as instituições relacionadas ao estágio (ABEPSS, 2009, p. 26).

Cabe ressaltar que, ainda que a PNE adote predominantemente o termo coordenação de estágio para referir-se ao acompanhamento pedagógico do processo formativo, este estudo

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

adota a expressão gestão do estágio supervisionado, por compreender que o termo coordenação não abarca a complexidade do objeto em análise. A gestão é aqui assumida como um conceito ampliado, que compreende tanto os aspectos pedagógicos quanto os elementos estruturais, administrativos, organizacionais e ético-políticos que incidem sobre a implementação e a manutenção do estágio nos cursos de Serviço Social. Essa compreensão está em consonância com a perspectiva crítica de Souza Filho e Gurgel (2016), segundo os quais a gestão deve ser entendida como processo social e coletivo, voltado à democratização dos espaços institucionais e à participação ativa dos sujeitos na construção dos projetos educacionais.

Compreender a importância da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social no processo de formação acadêmica é fundamental e nos instiga a desvelar os desafios e os limites existentes nas relações entre a formação acadêmica, o espaço institucional e a práxis profissional vivenciada através da experiência nos campos de estágio.

1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICA NACIONAL E MARCOS NORMATIVOS

A discussão sobre a regulamentação do estágio em Serviço Social ganhou força a partir da década de 1990, com a revisão curricular proposta pela ABEPSS para os cursos de graduação. Esse movimento ocorreu em um cenário de profundas transformações sociais, educacionais e profissionais, que impactaram diretamente a formação e o exercício profissional do assistente social.

Destarte, o Serviço Social vem buscando estratégias de enfrentamento ao processo de contrarreforma da educação superior, por meio de legislações, resoluções, normativas jurídicas, éticas e políticas que sistematizam lutas e conquistas em um determinado tempo histórico.

Citamos a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social. Os artigos 4º e 5º dessa lei definem as competências e atribuições privativas desses profissionais. Já o artigo 14º trata especificamente das responsabilidades das unidades de ensino em Serviço Social no que se refere ao estágio supervisionado, estabelecendo, entre outros pontos, a obrigatoriedade da supervisão direta por assistentes sociais regularmente inscritos e em pleno

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

gozo de seus direitos profissionais.

Neste mesmo ano o Código de Ética, instituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), define em seu artigo 4º que é vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro, assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

As posições políticas coletivas do Serviço Social se apresentam em regulações como instrumentos políticos-normativos e estratégicos na luta pela qualidade da formação e do trabalho, e em defesa do Projeto Ético Político da profissão. As regulamentações se situam num campo de correlação de forças e lutas determinadas pelas condições objetivas e contradições postas pelo contexto histórico e na busca pelo enfrentamento dos conflitos vivenciados (Caputi, 2021, p.115).

O estágio e a supervisão em Serviço Social são embasados em leis, regulamentações e diretrizes que sistematizam lutas e conquistas da categoria profissional no decorrer do processo histórico. Evidenciam portanto, seus avanços e norteiam sua direção política.

Em 2008, com a promulgação da lei federal nº 11.788, apesar do seu caráter mercadológico, trouxe mudanças na política de estágio, dentre elas a concepção de estágio como ato educativo e a afirmação de que “o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” (Brasil, 2008).

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, tem por objetivo garantir relevantes pontos na efetivação do estágio supervisionado. A legislação possui em seu bojo o entendimento do estágio como “ato educativo escolar supervisionado”, tornando assuntos relevantes como a celebração de convênios entre instituições e parte concedente, assinatura do termo de compromisso, planos de estágio, férias, supervisão, limite de número de supervisionados e cotas, dependendo do número de empregados, para evitar a precarização da mão de obra em virtude da contratação de estagiários, entre outros (Giometti, A. B. R; Carrijo, D.; Pequiá, R. R. S., 2017, p. 84).

A Lei enfatiza ainda que o estágio visa o aprendizado de competências próprias da

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

atividade profissional e à contextualização curricular objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Brasil,2008).

Em 2008, o CFESS aprovou a Resolução nº 533, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Essa resolução trouxe avanços na definição de estágio, na sua organização e nas responsabilidades das partes envolvidas. Estabeleceu diretrizes para a supervisão acadêmica e de campo, definindo os papéis dos supervisores e fortalecendo a indissociabilidade entre teoria e prática na formação profissional.

A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Brasil, 2008).

Destacamos essas normativas, pois elas se inserem no projeto profissional, que tem no projeto ético político a direção do trabalho e da formação em Serviço Social. As normativas e instrumentos construídos são estratégias de luta política, de resistência e de enfrentamento ao projeto capitalista de educação e da luta contra a precarização do ensino superior.

Em defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social, a ABEPSS elaborou, em 2009, a Política Nacional de Estágio. Esse documento é compreendido como fundamental para orientar os processos de mediação entre teórico-prática, contribuindo para a formação profissional integral do assistente social.

A elaboração da Política Nacional de Estágio para o curso de Serviço Social no Brasil foi um processo coletivo e estratégico, conduzido pela ABEPSS com o apoio do CFESS e outras entidades representativas da profissão. Instrumento legítimo da categoria, a PNE vem se consolidando como norteadora do estágio supervisionado, coerente com o projeto de formação profissional no âmbito do Serviço Social.

Em 2009, a ABEPSS iniciou a construção da PNE com o lançamento de um documento-base, que serviu como ponto de partida para um amplo debate coletivo. Entre maio e outubro de 2009, foram realizados 80 eventos em todo o país, envolvendo 175

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e mais de 4.400 participantes, incluindo estudantes, professores e assistentes sociais (CFESS, 2010).

Esses encontros resultaram na versão final da PNE, que aborda:

A PNE da ABEPSS traz os princípios norteadores para a realização do estágio; as atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado; aborda a construção de parâmetros quantitativos da relação professor/aluno na supervisão acadêmica do estágio supervisionado obrigatório; orienta inclusive quanto ao estágio não-obrigatório; e aponta estratégias de operacionalização do estágio supervisionado. A Política também discute as tensões e desafios sobre o estágio e aponta uma mudança na Resolução CFESS 533/2008 (que será discutida pelo Conselho Pleno do CFESS). E tudo isso com base nos debates e contribuições para sua construção, além da referência nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na Lei 8662/1993, no Código de Ética do/a assistente social e na legislação recente (CFESS, 2010).

Por meio da PNE, a ABEPSS aponta as diretrizes para a implementação do estágio supervisionado, os papéis e atribuições a serem desenvolvidas pelos seus sujeitos protagonistas: estagiários, supervisores acadêmicos e de campo bem como da coordenação enquanto esfera da organização e gestão do estágio.

A PNE apresenta como princípios norteadores para a realização do estágio: consonância com os princípios ético-políticos do Código de Ética de 1993; indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2009).

A política possui um efeito normatizador e traz diversos destaques que instigam os cursos a repensar a operacionalização do estágio, dentre eles, a quantidade de estudantes estagiários por supervisor; os apontamentos sobre o estágio obrigatório e estágio não obrigatório; a articulação e qualificação dos campos de estágio; a implementação dos Fóruns de Estágio; articulação do estágio com a pesquisa e extensão, entre outros.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

As legislações e normatizações sobre o estágio supervisionado se apresentam como forma de resguardar e garantir que esta atividade mantenha uma perspectiva que o Serviço Social já construiu historicamente e que a considera como parte constituinte, integrante e central na formação profissional, portanto, deve ser realizada em condições objetivas que, de fato, proporcione ao estagiário a vivência como um espaço de aprendizagem (Giometti, A. B. R; Carrijo, D.; Pequiá, R. R. S., 2017, p. 93).

A PNE visa fortalecer a formação profissional em Serviço Social, alinhando ensino, pesquisa e extensão. Ela enfatiza a importância da supervisão direta, em consonância com as Diretrizes Curriculares de 1996 e o projeto ético-político da profissão e defende um estágio vinculado a um projeto crítico de formação profissional, comprometido com valores democráticos e emancipatórios.

Um dos princípios que norteiam a realização do estágio supervisionado em Serviço Social é a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, que pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Conforme Ortiz (2014, p. 211), “Uma não pode se realizar sem a outra; uma não é mais importante que a outra; ambas são correlatas. Precisam ocorrer de forma autoimplicada, tendo em vista que o estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação” e sim como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 2009).

Outro princípio a se destacar na experiência do estágio, refere-se à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, “evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo” (ABEPSS, 2009).

Além de destacar as atribuições dos/as protagonistas sujeitos do estágio: estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a, a PNE destaca também as atribuições da coordenação de estágio. O papel da coordenação é considerado estratégico e central na organização e no desenvolvimento do estágio supervisionado, conforme os princípios do projeto ético-político profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996.

Além das atribuições dos sujeitos que constroem o estágio, a PNE elenca as

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe a esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional (ABEPSS, 2009, p. 24).

A coordenação do estágio é considerada um núcleo articulador entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação - professores, supervisores de campo, estudantes e instituições concedentes. Ela deve garantir a qualidade didático-pedagógica do estágio.

Importante destacar que a coordenação do estágio nos cursos de Serviço Social, ficam por vezes a cargo de um/a docente do curso, somando-se as atribuições de gestão do estágio a todas as atividades docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

A realidade de muitas UFAs aponta para a ausência da coordenação de estágio, esta Política propõe a criação desta instância, tendo em vista a viabilidade do cumprimento das exigências postas de qualificação do Estágio Supervisionado. No caso da inexistência do cargo na instituição, as atribuições do Coordenador de Estágio, são de responsabilidade do coordenador do curso de Serviço Social (ABEPSS, 2009, p. 24).

Ressaltamos, enfim, que a construção da Política Nacional de Estágio para o curso de Serviço Social representa um marco na busca por uma formação profissional crítica, ética e comprometida com a realidade social, refletindo o compromisso da categoria com a qualidade do ensino e a valorização do estágio como componente essencial na formação dos assistentes sociais.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

As décadas de 80 e 90 são caracterizadas como um período de grandes avanços para o Serviço Social, no que tange a direção técnico-acadêmica e político-profissional. A revisão curricular alicerçada no projeto ético-político-profissional, culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em 1996, elaboradas coletivamente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A promulgação das novas Diretrizes Curriculares em 1996 influenciou de maneira substantiva a direção do ensino em Serviço Social e, dentre os vários componentes curriculares, o da supervisão de estágio. Com este documento, a visão endógena que acompanhava a supervisão passou a ter a visão de processualidade na formação do assistente social, promovendo modificações que iriam alterar a natureza e o seu escopo (Lewgoy, 2010, p. 89).

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, apontam princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e trata o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo ensino aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas.

Nas Diretrizes Curriculares, o estágio supervisionado em Serviço Social é concebido como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

O estágio supervisionado possibilita ao estudante, sujeito desse processo, apreender a realidade dos espaços ocupacionais e vislumbrar caminhos para a intervenção. É instigado a

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

questionar, refletir, investigar e decifrar a realidade a partir das experiências vivenciadas e dos conhecimentos adquiridos na academia, permitindo desenvolver a capacidade de elaborar teoricamente a realidade. É um espaço de síntese entre os conhecimentos teóricos e saberes práticos que permite desenvolver as dimensões teórico metodológica, técnico operativa e ético política.

É a perspectiva da totalidade que nos ajuda a entender o Serviço Social nas suas contradições e tensionamentos, que do ponto de vista de sua natureza, consiste em um todo constituído por dimensões diversas, mas que juntas e autoimplicadas lhe compõem de modo único. Por dimensão entendemos uma determinada face ou aspecto importante de alguma coisa, que no caso do Serviço Social significa dizer de si mesmo e mais precisamente às suas diversas faces e componentes estruturais (Ramos, 2023, p. 25).

Conforme Santos (2002) *apud* Santos (2013):

O termo “dimensão” remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Em nosso caso, nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação (Santos, 2013, p.25).

A dimensão teórico-metodológica, um dos elementos constitutivos da atuação profissional é essencial para garantir que a prática do assistente social seja fundamentada em uma sólida base teórica e em métodos adequados para lidar com as complexidades da realidade social. Esta dimensão trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade na qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional.

Conforme Ramos (2023) “O componente teórico comparece ao/à assistente social no plano ideal, iluminando o modo de perceber e entender determinada situação que comparece em seu cotidiano profissional.” Assim, ao se deparar com as diversas situações no seu

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

cotidiano, o/a assistente social, apreende, analisa e constrói sua intervenção sobre as mesmas.

Entre as dimensões que são constitutivas do trabalho profissional do/a assistente social, a teórico-metodológica nos permite a compreensão do fenômeno social, para além a sua aparência, captando a sua essência e contribuindo para a construção de estratégias e táticas de intervenção. Mas, esse movimento só se faz possível por meio da razão histórico-crítica (Ramos, 2023, p. 58).

O domínio teórico-metodológico possibilita aos/às assistentes sociais uma constante aproximação com a realidade, a percepção crítica das suas contradições e o desvelamento das suas engrenagens colocando-se como elemento indispensável para a elaboração consciente e intencional de estratégias e táticas articuladas aos objetivos profissionais que se pretende alcançar (Ramos, 2023).

Se o/a assistente social estiver atento a tudo que a vida real pode nos revelar – e se essa atenção estiver subsidiada por uma perspectiva teórico-metodológica crítica capaz de desvendar a realidade social – ele terá a possibilidade de construir ações verdadeiramente conectadas com essa realidade e que possam efetivamente contribuir para o processo de ampliação de direitos (Ramos, 2023, p. 67-68).

As intervenções profissionais são movidas por um conjunto de princípios e valores que exigem uma ação política. Esta apreensão e articulação das dimensões teórico-metodológica e ético-política possibilita a ação profissional competente condizente ao projeto ético-político.

A dimensão política trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições, no entanto esse compromisso e essas intencionalidades possuem uma sustentação teórica – mesmo que não se tenha consciência disso. Ética é uma reflexão crítica sobre os valores presentes na ação humana e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política (Santos, 2013, p.26).

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

A dimensão ético-política, portanto, indica as escolhas (teóricas, valorativas, técnicas e políticas) profissionais e as estratégias que serão usadas para alcance dos objetivos. “A adesão a um determinado projeto profissional – e suas dimensões éticas e políticas – supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade” (Barroco, 2009, p. 175).

[...] será no estágio que esse estudante irá se defrontar com as contradições da ordem burguesa materializadas nas diversas expressões da questão social; identificará claramente os limites das políticas sociais e, sobretudo, da cidadania e da democracia, constituídas nos marcos do liberalismo; observará as disputas pela direção política em diversas situações que claramente expressam determinados projetos societários e também profissionais; verificará como o preconceito, o moralismo, a discriminação e o autoritarismo revelam e reforçam a longa e recrudescida herança conservadora brasileira e também profissional; enfrentará enfim, os inúmeros dilemas éticos que colocam em xeque seus valores (Ortiz, 2014, p. 212).

O assistente social, enquanto sujeito político deve pautar suas ações em consonância com os princípios democráticos, a defesa dos direitos humanos e a luta contra as desigualdades sociais. O código de ética do/a assistente social orienta quanto aos princípios e valores que devem ser seguidos em sua prática. Esses princípios incluem entre outros, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993).

A profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída (Yazbek, 2014, p. 686).

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Para Barroco (2009), “Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo” (Barroco, 2009, p. 176).

Assim, o trabalho do assistente social se realiza por meio de suas ações. O Serviço Social enquanto profissão interventiva se legitima ao dar respostas as demandas postas no cotidiano, o que implica a execução de procedimentos com a utilização de instrumentos técnico-operativos para a objetivação de seu trabalho. Está relacionada ao campo do fazer profissional, especialmente relacionado com a prática, mas que vai além dos instrumentos aplicáveis.

A dimensão técnico-operativa nos leva a refletir sobre a dimensão interventiva da profissão, sobre as competências e habilidades profissionais, que se materializam no domínio dos instrumentais técnico-operativos que são responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção. É constituída pela instrumentalidade da profissão, ou seja, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Pensar a dimensão técnico-operativa é indissociável da reflexão sobre as dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois, trata-se de uma unidade que constitui o trabalho profissional na relação direta com as condições objetivas e subjetivas deste trabalho. “Nesta direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (Santos, 2013, p.26).

A efetivação das concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam o trabalho do profissional torna-se possível por meio da articulação entre a dimensão técnico-operativa e as demais dimensões que compõem a intervenção profissional. O Serviço Social atua na satisfação das demandas sociais e a forma com que os profissionais respondem a essas demandas reflete o seu projeto profissional.

Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (Santos, 2013, p. 26).

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Desta forma, o estágio supervisionado deve possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico metodológica. Essas três dimensões encontram-se presentes nas demais dimensões expressas no exercício profissional, entre elas a investigativa, a formativa e a educativa.

A dimensão investigativa está intrínseca nas competências profissionais do assistente social. Ela se realiza não só nas pesquisas mas nas mais diversas ações do cotidiano profissional, seja na realização de entrevistas ou na documentação utilizada pelo assistentes sociais, como o estudo social, os laudos, pareceres, relatório, entre outros. Conforme Guerra (2009, p. 703), “No cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza [...]”.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (Guerra, 2009, p. 714).

O estágio supervisionado ativa a dimensão investigativa ao convocar o/a estudante a apreender a complexidade da realidade social em que atua, reconhecendo e analisando as demandas presentes nesse contexto. A partir do processo de supervisão, são desenvolvidas análises críticas e propostas de intervenção, sempre fundamentadas nos princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

O estagiário é, portanto, um sujeito investigativo, que observa, questiona, pesquisa e propõe. Isso se concretiza em atividades como estudos de caso, relatórios, projetos de intervenção, pesquisa de campo, entre outras.

A dimensão formativa refere-se ao processo de constituição do profissional,

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

envolvendo não apenas o domínio técnico-operativo da profissão, mas, também, a formação crítica, ética e política, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Esse processo é mediado por práticas pedagógicas, teóricas e práticas, que devem ser orientadas por uma concepção de formação que articule conhecimento científico, compromisso social e crítica à ordem vigente.

Enquanto prática curricular obrigatória, o estágio supervisionado constitui um espaço fundamental para a expressão da dimensão formativa no curso de Serviço Social. Por meio dele, o/a estudante tem a oportunidade de aplicar de forma crítica os fundamentos teóricos da profissão no cotidiano concreto, desenvolver uma postura ética e política diante das questões sociais, vivenciar experiências institucionais reais e refletir sobre o exercício profissional. Trata-se de um processo pedagógico no qual teoria e prática se entrelaçam, tensionando-se e enriquecendo-se mutuamente.

A supervisão acadêmica e de campo são primordiais nesse processo. Elas devem estimular o pensamento crítico, o compromisso ético e o aprofundamento analítico das realidades vividas nos espaços institucionais. Guerra (2016, p.3) expressa que,

A meu ver, é a supervisão de estágio que, enquanto uma atribuição privativa da profissão, pela sua natureza e particularidades, tem sua centralidade na competência formativa. Por essa razão destacarei a importância dos supervisores de campo e acadêmicos no sentido de orientar determinado perfil de profissional. Partindo, pois, das competências sócio-profissionais e políticas há que se considerar que é o estágio supervisionado que tem, prioritariamente, a capacidade de propiciar a síntese entre o trabalho e formação profissional e, se essa afirmação é correta, as condições de realização da supervisão depende das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza.

Dessa forma, a supervisão é atravessada simultaneamente por aspectos ligados às exigências do mercado de trabalho e às diretrizes da formação profissional. O estágio supervisionado deve ser compreendido em estreita relação com a realidade concreta e as tendências que caracterizam o contexto contemporâneo.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

A dimensão educativa articula-se com todas as demais dimensões do Serviço Social, expressando a natureza da profissão, que é não apenas política, mas também pedagógica. Essa característica revela uma intencionalidade que orienta a construção e mobilização de meios e instrumentos voltados à realização dos objetivos profissionais. Trata-se de uma expressão pedagógica da prática profissional que transcende a simples transmissão de informações, sendo orientada pela construção coletiva de saberes, pela formação crítica dos sujeitos e pela promoção da cidadania ativa e emancipatória.

No processo de aprendizagem, os sujeitos envolvidos: estudantes, equipes profissionais e o/a supervisor/a, ao discutir e materializar a profissão no exercício profissional, se constroem e se reconstróem como sujeitos, elaboram saberes conjuntos em um processo deliberado de favorecer o aprimoramento ético e intelectual, por meio de um espaço didático-pedagógico privilegiado (Guerra, Braga, 2009, p. 534).

Nessa perspectiva, a dimensão educativa se materializa em diversas ações profissionais, como a orientação individual, o atendimento em grupo, a realização de oficinas socioeducativas, campanhas de mobilização social, formação de lideranças comunitárias e atividades de educação em direitos. Essas ações contribuem para a ampliação da participação popular e para o fortalecimento dos sujeitos sociais como protagonistas de sua própria história.

O estagiário vive um processo de educação para o exercício profissional, ou seja, aprende a partir da realidade, em constante diálogo com a teoria e sob orientação de um(a) supervisor(a). Esse aprendizado é formativo e também educativo no sentido que é um espaço de amadurecimento e politização.

Assim, o estágio supervisionado se configura como um campo privilegiado de articulação entre as dimensões formativa, educativa e investigativa, reforçando o compromisso da profissão com a transformação social.

3. A GESTÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO SOB A PERSPECTIVA DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Embora a Política Nacional de Estágio utilize prioritariamente o termo coordenação de estágio para se referir ao trabalho docente de acompanhamento pedagógico e articulação entre a formação acadêmica e os campos de prática, opta-se neste estudo por utilizar a expressão gestão do estágio supervisionado. Esta escolha é intencional e fundamentada, na medida em que se reconhece que os processos que envolvem o estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social vão além da dimensão pedagógica.

A gestão do estágio é aqui compreendida como um campo mais amplo, que abarca a coordenação pedagógica, mas também os desafios estruturais relacionados à institucionalização do estágio, às condições de trabalho docente, à articulação com os campos de estágio, à mediação com os setores administrativos da universidade, à política de convênios, entre outros elementos que impactam diretamente a qualidade da formação.

Conforme argumentam Souza Filho e Gurgel (2016), a gestão, especialmente quando concebida a partir de uma perspectiva crítica e democrática, deve ser entendida como um processo político, social e pedagógico, que envolve a participação coletiva na definição de rumos institucionais e no enfrentamento das desigualdades produzidas pelas formas tradicionais e burocráticas de organização.

Sendo assim, entendemos que a tarefa central, na conjuntura atual, a ser desenvolvida por uma gestão democrática, em relação ao aspecto institucional, deve se orientar no sentido de explorar as contradições dos contextos organizacionais para impulsionar e estimular dinâmicas que possam contribuir com o processo de democratização (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 200).

Desse modo, ao utilizar o termo gestão do estágio, busca-se enfatizar não apenas o papel pedagógico da coordenação, mas também as mediações institucionais, ético-políticas e estruturais que atravessam a organização do estágio supervisionado no contexto das universidades públicas. Essa escolha visa dar visibilidade a aspectos muitas vezes invisibilizados nos debates sobre o estágio, mas que são fundamentais para compreendê-lo em sua totalidade.

A gestão do estágio supervisionado é por vezes entendida como uma questão apenas burocrática, porém este estudo propõe trazer à baila a sua dimensão ético-política, os desafios

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

enfrentados e as estratégias possíveis no interior dos cursos de serviço social.

Especialmente no âmbito das Universidades Públicas Federais, a gestão do estágio supervisionado em Serviço Social, transcende a mera operacionalização técnico-administrativa dos processos institucionais. Embora envolva tarefas organizacionais como a formalização de convênios, acompanhamento de documentação e a definição de fluxos institucionais, ela se insere em um contexto mais amplo de formação crítica, referenciada no projeto ético-político da profissão e nas diretrizes estabelecidas pela ABEPSS e CFESS.

Nesse sentido, discutir a gestão do estágio implica reconhecer seus desafios concretos, que vão desde a precarização das condições de trabalho nas universidades públicas, a sobrecarga docente, a ausência de recursos institucionais adequados, até a fragilidade nos processos de supervisão e acompanhamento. Por outro lado, também implica analisar as estratégias e possibilidades de resistência e reinvenção, que vêm sendo construídas no cotidiano das unidades de formação acadêmica, a exemplo da criação de comissões locais de estágio, integração com o projeto pedagógico do curso e construção coletiva de instrumentos e fluxos de trabalho.

Assim, investigar a gestão do estágio supervisionado no Serviço Social é um exercício não apenas técnico, mas ético e político, que convoca à análise crítica das condições estruturais da universidade pública, do próprio processo formativo e do exercício profissional na atualidade, em consonância com os fundamentos do projeto profissional.

No Dicionário Aurélio a palavra “gestão” é definida como o ato de gerir ou gerência e aponta a palavra “administração” como sinônimo. A palavra “administração” vem do latim ad (direção, tendência para) e minister (subordinação ou obediência). Conforme Chiavenato (2003, p. 11), “A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais”.

“O pensamento administrativo adquire relevância na sociedade a partir da constatação de sua importância para garantir a direção das organizações capitalistas, ou seja, é reconhecido socialmente como mecanismo e estratégia que possibilita o controle e direcionamentos dos objetivos organizacionais, no capitalismo, por meio da racionalização dos meios para o capital atingir suas finalidades de forma organizada e sistematizada” (Benevides, 2017, p.34).

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

Encontramos portanto, na literatura, o termo “administração” como sinônimo de “gestão”. Posto isso, a administração é caracterizada por Paro (2006) *apud* Souza Filho (2016, p. 28) como sendo, em seu sentido geral “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados.” Essa concepção entende a administração como um processo organizado, planejado e estratégico, no qual os recursos disponíveis são utilizados com uma intencionalidade. Afinal, toda ação administrativa parte de um objetivo claro: um fim que se deseja alcançar.

Para atingir determinados fins, é necessária a utilização de determinados recursos. Os recursos disponibilizados devem ser organizados, aplicados, usados de forma a que os fins definidos sejam efetivamente alcançados. Portanto, temos aqui uma relação entre o “fim, a “finalidade” a ser atingida, e o “recurso” utilizado para atingir a referida finalidade [...] Assim, o tratamento do tema referente à gestão deve resgatar a articulação dialética entre política/finalidades e utilização de recursos/meios/técnicas (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 30-35).

De acordo com Benevides (2017, p.30), “A gestão se consolida como atividade socialmente necessária. Ela nasce da imprescindibilidade prática do homem em organizar ações e/ou recursos com vistas a alcançar objetivos previamente determinados”. [...] “a administração ou a gestão consiste em uma atividade inseparável de qualquer situação que envolve pessoas, recursos e tem a intenção de desenvolver e realizar objetivos”.

Tratar da temática gestão se torna um desafio, em razão da abordagem eclética do tema, que dissocia da teoria crítica as formulações teóricas sobre administração e a apresentação das teorias organizacionais descoladas do desenvolvimento do capitalismo.

Outro aspecto que merece especial atenção refere-se a inexistência de particularidades do trato da gestão para a área do Serviço Social. Expliquemos: a gestão de políticas, programas, projetos e serviços não se constitui como uma atribuição exclusiva do assistente social, qualquer profissional pode vir a assumir a tarefa da gestão. Nesse caso, o que está em jogo é a concepção de gestão que deve ser empreendida pelo profissional. Poderíamos dizer então, que a relação

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

entre a gestão e o serviço social refere-se diretamente à subordinação da concepção de gestão ao Projeto Ético Político da profissão (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 10).

O compromisso com o projeto de formação profissional crítico exige que a gestão seja compreendida como uma prática política, social e pedagógica. O projeto ético político do Serviço Social almeja uma intervenção profissional comprometida com as necessidades das classes subalternas numa perspectiva de ampliação da cidadania e aprofundamento da democracia. O tratamento do tema referente à gestão deve resgatar a articulação dialética entre a dimensão ético-política (finalidade) com a dimensão técnica (utilização racional dos recursos, meios e técnicas).

A noção de gestão não é neutra nem única: ela varia conforme os projetos de sociedade, os interesses de classe, os modelos institucionais e as concepções pedagógicas em jogo. Por isso, é fundamental compreender que existem múltiplas perspectivas de gestão, cada uma com suas lógicas internas, objetivos e formas de organização do trabalho.

Conforme Souza Filho e Gurgel (2016, p. 33) do ponto de vista da gestão existem possibilidades diferentes de orientação finalística:

A finalidade que orienta a gestão encontra-se num leque de possibilidades que varia entre orientações radicalmente destinadas à manutenção da ordem de exploração/dominação e aquelas radicalmente posicionadas em defesa de um mundo de liberdade para todos.

A gestão, no contexto do Serviço Social, não deve ser compreendido como uma prática neutra, meramente técnica ou operacional. Trata-se de um processo historicamente construído, permeado por disputas de projetos e interesses, sendo profundamente influenciado pelas relações sociais. Nesse sentido, Souza Filho e Gurgel (2016) identificam três principais perspectivas de gestão: burguesa, burocrática e democrática, cada uma expressando diferentes finalidades e modos de organização institucional.

A gestão na perspectiva burguesa expressa a lógica do capital e está orientada por valores como eficiência, produtividade, competitividade e controle dos processos. Essa

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

concepção busca reproduzir as estruturas de poder e dominação social, reduzindo os sujeitos a meros executores de tarefas e promovendo a adaptação às exigências do mercado. A gestão, nesse caso, se apresenta como uma ferramenta para garantir a funcionalidade do sistema e a manutenção da ordem vigente.

A administração na sociedade capitalista ou administração capitalista expressa-se enquanto uma forma de dominação da classe burguesa, baseada na racionalidade instrumental estruturada formal e legalmente, que possui como finalidade viabilizar a produção social e a apropriação privada da mais-valia, via exploração da força de trabalho, expressa-se, também, pela necessidade de manter a ordem social, difundindo ideias da classe dominante, reprimindo reações e atendendo determinadas demandas da classe trabalhadora (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 42).

Já a gestão burocrática está centrada na rigidez normativa, na hierarquização das decisões e na manutenção de rotinas administrativas. Tem foco na eficiência, na hierarquia, no controle e no cumprimento de metas³. Embora possa representar um avanço em termos de institucionalização e padronização de procedimentos, essa perspectiva tende a sufocar a criatividade, a participação e a autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos institucionais. Conforme apontam os autores, essa forma de gestão frequentemente desconsidera as dimensões ético-políticas e pedagógicas do trabalho, limitando-se ao cumprimento de normas e regulamentos formais.

Segundo Benevides (2017, p. 49),

As perspectivas burguesa e burocrática (no campo real e não ideal) são, essencialmente, orientadas para garantir a reprodução dos interesses e o controle ideológico da classe dominante. Elas exerceram papel fundamental na organização do trabalho coletivo, com vistas a garantir o aumento da produtividade e a cooperação do trabalhador, no ambiente fabril, por meio da

³ Segundo Max Weber, a burocracia tem as seguintes características: Caráter legal das normas e regulamentos; caráter formal das comunicações; caráter racional e divisão do trabalho; impessoalidade nas relações; hierarquia de autoridade; rotinas e procedimentos padronizados; competência técnica e meritocracia; especialização da administração; profissionalização dos participantes; completa previsibilidade do funcionamento. (Chiavenato, 2003, p. 262)

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

gerência capitalista.

Esse processo, evidencia-se nas empresas e nas organizações da sociedade civil, através das terceirizações, desregulamentação das leis do trabalho, flexibilização da estrutura de contratação, perda de direitos trabalhistas, intensificação da exploração, redução dos serviços públicos enquanto direito de cidadania e dever do Estado.

Em contraposição a essas concepções, emerge a gestão democrática, defendida por Souza Filho e Gurgel como uma proposta crítica e transformadora, alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social. Essa perspectiva concebe a gestão como um processo político e coletivo, pautado na participação ativa dos sujeitos, no diálogo entre saberes, na corresponsabilidade e na construção compartilhada dos rumos institucionais. Para os autores, a gestão democrática visa não apenas à eficiência organizacional, mas sobretudo à promoção de justiça social, à ampliação de direitos e ao fortalecimento da cidadania.

A gestão democrática exige um planejamento que seja eminentemente político e que tenha condições de analisar a realidade e entender que os sujeitos que são afetados e que também incidem sobre ela são sujeitos, do ponto de vista mais geral, com perspectivas antagônicas em relação ao projeto de sociedade que se pretende constituir (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 212).

A função planejamento destina-se a projetar a organização para o futuro e indicar os meios necessários para sua efetivação. “Por isso, planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento” (Gandim, 2007).

[...] ao invés de contentar-se com o conhecimento e a explicação da realidade, o planejamento implica em transformar a realidade existente e construir uma realidade nova. Por isso, planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento (isto seria apenas o planejamento operacional, a administração) mas é transformar essa realidade, construindo um nova (Gandim, 2007, p. 58).

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

No caso do Serviço Social, é primordial reconhecer a dimensão política do processo de planejamento, pois está diretamente ligada à finalidade da profissão que tem um compromisso com as necessidades e demandas da classe trabalhadora. Planejar, nesse contexto, não é apenas uma atividade técnica, mas também uma ação estratégica e ética, que envolve escolhas, disputas e posicionamentos diante das contradições da realidade social. Por isso, o planejamento pode oferecer resultados diferentes, a partir das finalidades de quem planeja e, “no âmbito do Serviço Social, o projeto de profissão ao qual o/a assistente social se articula dá o tom e o direcionamento do exercício profissional” (Silva et al., 2019, p. 196).

Desse modo, o processo de planejamento de um assistente social orientado pelo pensamento conservador, pode apresentar características como imediatividade, pragmatismo e não participação dos usuários na definição dos objetivos e finalidades dos planos, programas e projetos que poderão ser desenvolvidos nas instituições empregadoras, expressando princípios e valores que não coadunam com o projeto ético-político crítico (Silva et al., 2019, p. 196).

A gestão democrática é um modelo de gestão que se baseia na participação de todos os envolvidos no processo decisório. Isso significa que os trabalhadores, os usuários e a comunidade em geral têm voz e vez na definição dos rumos da organização. Ela garante que as decisões sejam tomadas de forma transparente e democrática, e que os interesses de todos os envolvidos sejam levados em consideração. Além disso, a gestão democrática promove a autonomia e a responsabilidade dos trabalhadores, o que resulta em um melhor desempenho da organização.

A gestão participativa é um desdobramento da gestão democrática. Promove construção coletiva e horizontalidade nos processos; a cultura de diálogo e cooperação; a prática cotidiana da democracia; a adoção de conselhos, fóruns e colegiados com representação plural (Souza Filho e Gurgel, 2016).

Ao criar os espaços de participação na estrutura organizacional da instituição, ficam estabelecidos canais diretos entre a instituição e a sociedade. Ao privilegiar a participação das classes subalternas na perspectiva da democratização, esta relação com a sociedade adquire uma qualidade diferenciada seja devido aos sujeitos políticos partícipes do processo, seja por

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

conta, e principalmente, do projeto ético-político que norteia a proposição da gestão democrática (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 289).

Conforme os autores a participação é a única forma de ampliar adesões em torno de uma ação contra hegemônica na sociedade. “O gestor democrático necessita, portanto, de atuar para que a participação se efetive na perspectiva ético-política indicada” (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 216).

O Serviço Social é um campo de atuação que tem como princípios éticos promover a justiça social e a cidadania; a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; recusa do autoritarismo e defesa da democracia; compromisso com a qualidade dos serviços prestados; posicionamento em favor da equidade que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993).

A gestão democrática é um modelo de gestão que se alinha com esses princípios, pois pode contribuir para a construção de um serviço social mais democrático, mais transparente, que seja capaz de atender às necessidades da população e promover a justiça social.

No Serviço Social a gestão democrática alinha-se ao projeto ético-político profissional, por considerar a gestão como mediação entre sujeitos, projetos institucionais e interesses coletivos. É um processo social e político voltado à ampliação dos direitos sociais e à participação ativa nos espaços institucionais.

Essa concepção de gestão se revela particularmente relevante no campo do estágio supervisionado, onde a gestão deve envolver a mediação entre universidade, campos de prática e estudantes, garantindo condições éticas, pedagógicas e institucionais para a formação crítica. A adoção de uma gestão democrática pressupõe, assim, o enfrentamento das limitações impostas pelas lógicas burocráticas e mercadológicas, e a defesa de processos formativos comprometidos com os princípios da justiça social, da autonomia e da emancipação humana.

O estágio é um importante lócus, dentre outros, como já dito, para se perceber como a crise atual do capital, com suas particularidades, se expressa no contexto sócio-político da instituição, e as alterações que a Reforma Gerencial do Estado operou nas estruturas e dinâmicas

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

institucionais, para, à luz das teorias organizacionais e dos modelos gerenciais de organização do trabalho, analisar criticamente os modelos de gestão desenvolvidos pela instituição; a lógica operacional que tem norteado as instituições sociais, lócus do estágio, que se metamorfoseiam em organizações, sendo regidas por contratos de gestão e por programas direcionados por metas quantitativas, numa suposta eficácia organizacional e eficiência técnica. Essa orientação, sem dúvida, incide sobre o perfil de profissional que está sendo formado (Guerra, 2016, p. 9).

“O estágio supervisionado permite diminuir a distância entre a academia e as instituições (muitas vezes identificada como “dicotomia entre teoria e prática”). Diminuir as distâncias entre a formação e o mercado de trabalho, sem capitular às exigências meramente instrumentais de ambos, requer clareza dos meios e ciência dos fins” (Guerra, 2016, p. 19).

Diante das reflexões expostas, evidencia-se que a gestão do estágio supervisionado em Serviço Social deve ir além de uma função meramente administrativa e burocrática, assumindo uma dimensão política e formativa alinhada ao projeto ético-político da profissão.

O estágio se afirma como um espaço privilegiado de análise crítica das mediações entre o projeto de formação e as determinações do contexto institucional e sociopolítico. Assim, compreender e fortalecer a gestão democrática do estágio torna-se fundamental para enfrentar os desafios impostos pela lógica capitalista e assegurar uma formação comprometida com os princípios da justiça social e da emancipação humana. A partir dessas considerações, avançamos para a finalização do artigo, retomando os principais apontamentos e suas implicações para o debate sobre a gestão do estágio supervisionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a importância da gestão como estratégia de consolidação do estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional e com a Política Nacional de Estágio. Para tanto, foram apresentados elementos que fundamentam a formação e o exercício profissional do assistente social, destacando os avanços conquistados pela categoria na trajetória histórica do estágio no Serviço Social.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

A análise buscou problematizar a intencionalidade da gestão, compreendendo-a como uma prática que, quando orientada por princípios democráticos e participativos, se alinha ao projeto de formação profissional comprometido com a realidade social e com a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, foram também mobilizadas as dimensões constitutivas da profissão como subsídio teórico e político para sustentar a discussão.

Embora persistam inúmeros desafios relacionados à efetivação do estágio supervisionado, especialmente diante das condições materiais de vida e trabalho enfrentadas por estudantes e assistentes sociais supervisores, enquanto classe trabalhadora, é necessário reconhecer os avanços históricos e manter uma postura crítica e avaliativa permanente. Essa avaliação deve considerar tanto os fins que se pretende alcançar, quanto a coerência dos meios utilizados para atingi-los, em consonância com os princípios da gestão democrática e com as diretrizes da Política Nacional de Estágio.

É preciso, ainda, reconhecer que o estágio supervisionado não pode ser compreendido de forma isolada, desvinculado das decisões e processos de gestão. Pelo contrário, deve estar articulado às estratégias de gestão institucional, especialmente porque a luta de classes permeia todas as relações sociais e se expressa também nas dinâmicas que envolvem o processo formativo.

Diante disso, reforça-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a gestão do estágio supervisionado, de modo que as decisões envolvidas nesse processo sejam cada vez mais sensíveis e responsivas às demandas concretas de todos os sujeitos nele envolvidos. Uma gestão orientada por princípios democráticos e pelo projeto ético-político pode contribuir significativamente para a qualificação do estágio, fortalecendo sua função formativa e crítica na formação profissional em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996).

Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2009.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 701-717p.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

BENEVIDES, G. de O. **Gestão e Serviço Social**: desafios teóricos-práticos para a formação e trabalho profissional. Orientador: Maria José de Oliveira Lima. 2017. 263 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2017.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso: 19 set. 2022.

CAPUTI, L. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

CFESS. **Código de Ética profissional dos(as) assistentes sociais**. Brasília, DF, 1993.

CFESS. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

de Janeiro: Elsevier, 2003.

GANDIM, D. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 14ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GIOMETTI, A. B. R.; CARRIJO, D.; PEQUIÁ, R. R. S. Legislações, normativas e estratégias políticas: o fortalecimento do estágio supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONI, A. A, R, C.; OLIVEIRA, C.A.H.S.; PIANA, M.C.; LIMA, M.J.O. (Org.) **Estágio supervisionado em Serviço Social**: fundamentos, significados e perspectivas. Curitiba, PR: CRV, 2017 – Coedição: São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2017. 180 p.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 701-717p.

GUERRA, Y; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. 532-552p.

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. SANTOS, C. M; LEWGOY, A. M; ABREU, M. H. E. **A supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/75322552/artigo-supervisao-yolanda-guerra>> Acesso em: 17 abril 2025.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORTIZ, F. da S. G. A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014. Disponível em:

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A GESTÃO EM QUESTÃO

<<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7196/5845>> Acesso em: 15. Abril. 2025.

RAMOS, A. **O trabalho profissional do assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social** / Adriana Ramos, Fátima Grave Ortiz, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF / Selo Serviço Social, 2023.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**. CRESS-MG, n.3, 2º semestre 2013.

SILVA, L. L dos S, PAULA, L. G. P. de; SILVA, N. C. O. S. Serviço Social e Planejamento: reflexões sobre o exercício profissional do/da Assistente Social. *In*: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social – uma análise de seus fundamentos**. Campinas: Papel Social, 2019.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Artigo recebido em 20 de junho.

Revisto pelo autor em 31 de julho.

Aprovado para publicação em 05 de agosto.

Responsável pela aprovação final: Maria José de Oliveira Lima

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A
GESTÃO EM QUESTÃO**